



# Anais da Assembléia

Nº 151

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinat - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pucato - **Suplentes:** Paredes de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Derivino Longhi - Mário Vargas u. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -

• SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zannusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa e Rafael Greca de Macedo: (07). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig e Carlos Simões: (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/285/92, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 499/91. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 073/92

Senhor Presidente.

Vimos a presença de Vossa Excelência, solicitar seus bons ofícios, autorizar a

entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido ao Pastor JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA, conforme Lei de nº 10.101, de 29/06/92. cuja cerimônia deverá se realizar no Templo Sede da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, sito à rua Cuiabá, 995 - Jardim Maria de Fátima, na cidade de Cascavel, com início previsto para às 19:00 horas do dia 12 (doze) de dezembro próximo.

No ensejo, aproveitamos da oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) JOÃO IENSEN

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho a presença de Vossa Excelência, a fim de indicar o meu nome para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura possíveis irregularidades no processo autorizatório do recente aumento das passagens de ônibus intermunicipais, como representante da Bancada do P.S.D.B..

No ensejo, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Líder do P.S.D.B.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o adiamento por 3 (três) sessões para o Projeto de Lei nº 285/92.

Sala das Sessões, em 28.10.92

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 306/92, que aprova abertura de crédito suplementar ao orçamento da chefia do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei procura suplementar os recursos da chefia do Poder Executivo cancelando dotações da Secretaria de Planejamento destinado ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, sem especificar a forma de aplicação e sua finalidade.

Curitiba, quarta, em 28.10.92

Faz-se necessário a apresentação de informações sobre a aplicação destes recursos, os benefícios, para que se possa se posicionar, contra ou a favor, sobre a matéria em apreciação nesta Casa.

REQUERIMENTO N° 1642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 1651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar n° 125/92, por 3 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO N° 1636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o retorno de Anteprojeto de Lei 013/92, para a votação na sessão do dia 03 de novembro de 1.992.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. NAPOLEÃO FEIJÓ.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 88 anos faleceu o Sr. Napoleão Feijó, membro de tradicional família de União da Vitória, que deixou 2 filhos: Doutor Walmor e Noeli e netos.

O passamento de Napoleão Feijó veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais, este Deputado.

O extinto foi Vereador e comerciante

na cidade de União da Vitória.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor. que olhará para a condição humana de seu servo Napoleão.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Feijó endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, VOTO DE CONGRATULAÇÕES pelos 32 anos da TV Paranaense - Canal 12, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O processo brasileiro de desenvolvimento na área de comunicações tem no Paraná através do Canal 12 - TV Paranaense, um dos mais respeitáveis em termos gerais, desde da parte técnica até o sistema de jornalismo, condicionando essa organização em igualdade de condições a outras pertencentes ao sistema comercial da Rede Globo.

Como paranaense nos sentimos envaidecidos de termos o Canal 12, por essa razão na oportunidade em que completa seus 32 anos, solicitamos que sejam enviados expedientes ao Diretor da emissora Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho, cumprimentando-o que transmita também ao corpo funcional desde o mais humilde funcionário até os que exercem as outras Diretorias os votos que continuem nessa trilha de sucesso para a grandeza da empresa e consecutivamente do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto congratulações pelo transcurso dos 32 anos da TV PARANAENSE CANAL 12.

Requer outrossim que da decisão da Casa se dê ciência à referida emissora na pessoa do seu diretor-presidente, senhor Francisco Cunha Pereira Filho, à avenida Batel, 1323, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto congratulações pelo Dia do Funcionário Público.

Requer outrossim que da decisão da Casa se dê ciência à ASPP - Associação dos Servidores Públicos do Paraná, na pessoa de seu presidente, professor Brasil Paraná de Cristo, à rua 24 de maio, 248, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1644

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A MESA, ouvido Plenário, seja oficiado ao Governador do Estado, Doutor ROBERTO REQUIÃO, bem como ao Presidente da SANEPAR, Senhor STENIO JACOB, e também ao Presidente da COPEL, o Doutor, FRANCISCO GOMIDE, de solicitar a Vossas Senhorias, que desenvolva gestões no sentido de evitar o corte de fornecimento de água e energia elétrica para os cidadãos que se encontram momentaneamente desempregados.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) JOSÉ ALVES

## JUSTIFICATIVA:

Até que as pessoas consigam novas ocupações, a providência em questão evitaria levar o desespero às famílias dos desempregados, amenizando um pouco a situação dessas pessoas, principalmente tendo em vista o elevado custo de vida que consome rapidamente os orçamentos domésticos.

Infelizmente, o Brasil está atravessando uma situação economicamente difícil, problema este que se reflete em todos os setores da vida pública e da vida particular dos brasileiros. O nível de desemprego cresce assustadoramente na grande maioria das cidades brasileiras. Dessa forma, as autoridades responsáveis pelas tarifas públicas também têm de ser sensíveis ao problema, tentando resolvê-lo da melhor forma possível.

Daí, a razão do presente requerimento.

## REQUERIMENTO N° 1638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja enviado um expediente ao Governador Roberto Requião, pedindo a desapropriação de terreno anexo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, há mais de 3 anos está sofrendo constante redução no número de vagas em seus vestibulares para os diversos cursos existentes.

Um dos fatores causadores dessa anomalia educacional é que o espaço físico existente não suporta o funcionamento com novos alunos, e hoje o drama envolve o Corpo Docente daquele estabelecimento de Ensino Superior que atende com eficiência todo o Litoral Paranaense.

A desapropriação do terreno anexo, representa uma antiga reivindicação, e com isso terá a Direção da Faculdade condições de estabelecer novos cursos e ampliar as vagas dos existentes.

Essa reivindicação tem em seu contexto geral apoio de todas as forças representativas do Litoral, que já se manifestaram ao próprio Governador Roberto Requião, e por essa razão nos associamos a essa iniciativa de grande envergadura social, que irá atender uma legítima aspiração da coletividade litorânea.

## REQUERIMENTO N° 1640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o duto Plenário, encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, a fim de solicitar urgência na construção do contorno que desviará o tráfego pesado das vias que cruzam o perímetro urbano do município de Mandaguari. Tal construção encontra-se incluída no Projeto de Lei Orçamentária do Estado, ano 1993.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

## JUSTIFICATIVA:

O desvio da BR-376 para vias que não cruzem o perímetro urbano da cidade de Mandaguari é o sonho acalentado por todos que ali residem, há décadas. Tal concretização atenuaria drasticamente o índice de acidentes, reduziria os efeitos da deterioração da malha asfáltica das ruas e acabaria com os transtornos a que os motoristas são submetidos.

## REQUERIMENTO N° 1643

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE FINANÇAS, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 143/92, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Curitiba e Municípios que integram a Região Metropolitana e a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável, de implantação de esgotos sanitários e promoção de saneamento básico, REQUER, na

forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que a mesma proceda à apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 316/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Estadual Duque de Caxias Ensino de 1° Grau, com sede e foro na cidade de Dois Vizinhos, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Duque de Caxias Ensino de 1° Grau, de Dois Vizinhos tem como finalidade prestar valiosos serviços à comunidade, sendo uma entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é realizar trabalhos no sentido de integrar família-escola-comunidade, através de atividades sócio-culturais e desportivas. Contribui também para que o educando tenha condições de receber uma boa educação, propiciando que alunos carentes tenham condições de permanência e participação na escola, além de trabalhar na preservação do aparelho escolar.

#### PROJETO DE LEI N° 317/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

Marechal Cândido Rondon com uma popu-

lação de cidade média do Paraná, é uma comunidade em franco crescimento, resultado da obstinada vontade de seu povo em alcançar o progresso individual e coletivo.

Desse processo, está lado a lado, participando no mercado de trabalho, empresarial e comunitário, a população feminina.

É verdade, que nessa conquista de espaço a mulher se depara com uma série de dificuldades, ela sofre toda a sorte de humilhações e atos de violência psicológica e física, na maioria, propositadas pela não aceitação de sua independência, devido sua presença ativa e igualitária nos assuntos sócio-econômicos e familiares até recentemente dominados pela população masculina.

Deste modo, vem a Delegacia da Mulher garantir a mulher a defesa de seus direitos constitucionais e ampará-la contra a agressão discriminatória da sociedade, em peculiar a masculina.

#### PROJETO DE LEI N° 318/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE LÍDERES EVANGÉLICOS DE COLOMBO", com sede e foro no município de Colombo, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.92.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos, de acordo com seu Estatuto: lutar pelos interesses da classe; desenvolver programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos de natureza social; dar assistência social aos necessitados; desenvolver trabalhos artesanais de um modo geral; fundar creches para atender a comunidade local e lutar pela proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético histórico e paisagístico.

Por estas e outras mais razões, que só enaltecem o papel desta Associação perante a sociedade, foi declarada de Utilidade Pública em âmbito municipal através da Lei n° 473/92, de 06 de maio de 1992.

Por estar de acordo com as Leis n° 8.589 e 6.994, que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e no

Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, consultamos o PT se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos, em nome do PT, colocar a nossa posição no que diz respeito ao Dia do Servidor Público.

Hoje, dia 28 de outubro, dia de todos os funcionários públicos do Brasil, dia de uma categoria que nos últimos anos tem sido vítima de todos os governantes. Digo vítimas, porque quando o serviço público não é de boa qualidade, geralmente culpa-se o servidor e não o administrador, e não o governador, ou presidente, ou prefeito responsável. E nós sabemos que é proposital o que é feito em relação ao servidor público.

É proposital destruir o serviço público, porque interessa a estes governantes um serviço público de péssima qualidade, porque sendo assim, o setor privado sai ganhando. E nós sabemos que o compromisso da grande maioria dos nossos governantes e dos nossos dirigentes não é com a sociedade, não é com a comunidade, mas sim, com o setor privado, que o financia, que paga suas campanhas.

Outra é dizer que o serviço público é de má qualidade, ainda culpando o próprio servidor, quando este não entrava no serviço público por concurso, eles eram admitidos como cabos eleitorais, eram admitidos por pistolões dos governantes vencedores das eleições.

É importante dizer que sempre, nós, trabalhadores, nós servidores públicos, sempre defendemos o ingresso no serviço público através de concurso. E a Constituição de 1988 contemplou isso através, ou melhor, em função das lutas dos servidores, das lutas dos trabalhadores dos serviços públicos.

Uma outra razão que demonstra a perda da qualidade dos serviços públicos é o salário pago a estes trabalhadores. É exemplo maior é como se dá no Estado do Paraná. Nós temos, hoje, por coincidência, o tão propalado e divulgado, via imprensa, reajuste dos servidores públicos. Hoje, deu entrada nesta Assembléia Legislativa.

Vamos dar uma observada nos quadros dos funcionários, nos vencimentos colocados. Nós podemos ver, já divulgados, vencimentos abaixo do salário-mínimo; nos vencimentos básicos para trinta horas semanais o padrão C - Nível 1 é Cr\$ 543.000,00. O quadro único de pessoal da antiga sistemática no valor de outubro, página 29 até o nível 23 é abaixo do salá-

rio-mínimo com valor de Cr\$ 351.000,00. Quando a gente pega outras tabelas, como o quadro próprio do magistério, coloca como salário básico Cr\$ 554.000,00.

Diz o Senhor Governador que educação é prioridade do seu Governo. Tamanha é a prioridade que o salário, mês após mês, vem acumulando perdas e nunca ganho ou empate com a inflação. Hoje, que poderia ser um dia de festa para o servidor público, é um dia de tristeza para todos eles, porque inclusive a maioria já está arrependida de ter entrado no serviço público. A qualidade não é aquilo que deseja o servidor, pois lá ele é reprimido, ele é oprimido e nunca suas idéias são ouvidas, quanto mais acatadas.

Eu conheço a filosofia do atual Governador, infelizmente, na minha condição de servidor público da Prefeitura de Curitiba, convivi com ele durante três anos e foi um dos maiores arrochos salariais que tivemos, foi um dos maiores desrespeitos que enfrentamos, seja como Líder Sindical, seja como puro e simples servidor público.

Hoje, que poderia ser de festa a todos os servidores, seja ele do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, é um dia de tristeza, porque não tem o que se festejar, mas tem somente o que lamentar, porque nós sabemos que muitos desses servidores, o seu salário não lhe dá condição nem de sobrevivência, quanto mais de uma vida digna. Inúmeros servidores têm um salário do qual não pode e nem consegue nem sequer comprar a comida, e nós sabemos que esses servidores não têm culpa do caos que se encontra o País; esses servidores não têm culpa se existe um ou outro que é parasita da sociedade, um ou outro que é fantasma, geralmente os parasitas e os fantasmas dos serviços públicos são os apaniguados de algum dirigente ou de algum chefe.

Portanto, se alguns são parasitas, nem todos devem pagar por esses uns, se alguns, ou um ou outro é corrupto, nem todos os servidores são corruptos. Os nossos Governantes infelizmente, analisam como se todos fossem corruptos e como se todos fossem parasitas da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu Horário.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PST.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Sobre a mesa Ofício nº 073/92, subscrito pelo Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente, solicitando seus bons ofícios, autorizar a entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido ao Pastor José Pereira de Almeida, conforme Lei nº 10.010/ de 29/06/92. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, indicando seu nome para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/92, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza o Poder Executivo a criar o programa de apoio à criação, implantação e manutenção de Casa Familiar Rural e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F.C.A. e C.E.C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 098/91, dispõe que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizem economicamente matéria-prima florestal nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei nº 4771, de 15/09/65 - Código Florestal são obrigados à sua reposição direta ou indiretamente, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.M.A. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 081/92, que aprova a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 1.701.040.000,00 (hum bilhão, setecentos e um milhões e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F..

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI Nº 283/92

P A R E C E R :

Trata-se de Mensagem do Senhor Governador, solicitando a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.701.040.000,00 (Hum. bilhão, setecentos e um milhões e quarenta mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Tribunal de Contas.

Os recursos alocados, são obtidos de cancelamento de dotação no próprio Tribunal de Contas.

Entendemos tratar-se de projeto de lei sem nenhum entrave legal, razão que nos leva opinar favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PROJETO DE LEI Nº 283/92

P A R E C E R :

Oriundo da Mensagem nº 81/92, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.701.040.000,00 (um bilhão, setecentos e um milhões e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas.

Analisando-se a matéria do ponto de vista constitucional e doutrinário, nada há que obste à tramitação do mesmo, por não haver qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua tramitação e conseqüente aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/92.

(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/92, que aprova o crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria da Cultura. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. (Publ. no D.A. nº 145 de 20.10.92 - Mens.)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI Nº 285/92

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem nº 79/92, objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), vigente ao orçamento da Secretaria de Es-



tado e Cultura. Importância esta proveniente de cancelamento de dotações do próprio órgão.

O Projeto de Lei em análise não fere dispositivo Constitucional ou Regimental, preenchendo todos os requisitos exigidos no tocante à sua iniciativa e redação legislativa.

Face ao exposto, encontra-se o mesmo em condições de ser submetido à consideração do Plenário, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 285/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 79/92, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria da Cultura.

Analisando-se a matéria sob os aspectos legal e constitucional, nada há que obste sua tramitação, por não se encontrar qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua tramitação e conseqüente aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei 285/92 para aprovar crédito suplementar no valor de 100.000.000 de cruzeiros ao vigente orçamento da Secretaria de Cultura. Este Projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tem por objetivo transferir recursos internos da Secretaria de Cultura.

Na página 17 da nossa Ordem do Dia onde é especificada a suplementação e o cancelamento dos recursos nós vemos o cancelamento de recursos dos seguintes itens: retira recursos de gerenciamento de estrutura administrativa e programática; retira recursos da coordenadoria de museus, administração das atividades dos museus estaduais e também retira recursos da política museológica do Estado do Paraná. Retira-se daí 100.000.000 de cruzeiros para transferir para o item 321103, programação a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Nós entendemos de extrema importância a Fundação Rádio e Televisão do Paraná,

que tem os seus programas educativos à população do Paraná. No entanto, nós também vemos um já minguado orçamento à Secretaria da Cultura e, percebemos agora, nesta Mensagem do Senhor Governador retirando desta parte que consideramos importantíssima para a memória do povo do Paraná, que é o apoio à política museológica e às atividades dos museus. Estes recursos permitiram a implementação de muita programação cultural, ou deveriam ser implantadas com estes recursos, e agora vemos aqui a retirada desses recursos para colocá-los na Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Como já disse, a Rádio e Televisão Educativa do Paraná tem a sua real importância só que são poucos os esclarecimentos. Aonde estes recursos serão aplicados na Fundação Rádio e Televisão do Paraná? Nós gostaríamos, Senhor Presidente, de solicitar a retirada desse Projeto da Ordem do Dia para que seja melhor estudado e para que nós possamos pedir uma informação ao Poder Executivo, mais detalhada, no que serão aplicados estes recursos na Fundação Rádio e Televisão do Paraná, pois isso não está bem esclarecido.

Nós gostaríamos de requerer a retirada desse Projeto por 3 Sessões, Senhor Presidente, para que nesse período possamos solicitar as informações necessárias para podermos votar este Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa há requerimento do Deputado Ovídio Constantino, para a retirada por 3 Sessões do Projeto de Lei 285/92.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento permaneçam como estão.

**Rejeitado. DO.**

Em votação o Projeto de Lei 285/92.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Registro o voto contrário da nossa Bancada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 083/92, que reajusta a partir de 1º de outubro de 1992 os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado e, ainda, sobre adoção de outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. COM EMENDA DA C.C.J.. (Pub.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 299/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade reajustar a partir de 1º de outubro, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa.

Nessas condições nosso Parecer é favorável, com a emenda modificativa corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 299/92

O artigo 15 do Projeto de Lei nº 299/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever gratificações de atividade aos seus servidores, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), para o fim específico de assegurar o previsto no artigo 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

Apoio: Nilton Barbosa, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Arlindo Troian e Ovídio Constantino.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 299/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 83/92, o presente Plano de Lei visa reajustar a partir de 1º de outubro de 1992 os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como, da remuneração dos servidores militares do Estado.

Analizada a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, entendeu a mesma apresentar Emenda Modificativa ao Projeto em questão, dando Parecer FAVORÁVEL ao mesmo juntamente com a Emenda supracitada.

Assim sendo, no que compete a essa Comissão se manifestar em conformidade com o Regimento Interno desta Casa, opina pela Aprovação do Projeto de Lei em tela juntamente com a Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)  
- Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Projeto 299/92, de autoria do Poder Executivo, reajusta a partir de 1º de outubro os vencimentos dos cargos efetivos em comissão, função gratificada dos servidores civis ativos e inativos dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos Servidores Militares do Estado, e ainda sobre a questão de outras providências.

Nós queremos declarar o nosso voto favorável ao Projeto de Lei, mas queremos deixar aqui registrado a nossa discordância em alguns pontos que entendemos necessário. É um argumento do Sr. Governador nesses momentos de que os aumentos diferenciados dos servidores virão para corrigir as distorções e as diferenças, as diferenças salariais do quadro dos servidores do Estado do Paraná. Nós vimos aqui, já estamos batendo nesta tecla há muito tempo, de que já passou do tempo de que o Governo encaminhe a esta Casa um Regime Jurídico Único do Estado do Paraná, dos nossos servidores.

A cada momento aparecem os Projetos no atropelo aqui na Assembléia Legislativa, e como já estamos vendo aí no dia 28 do mês nós estamos aqui votando os Projetos, quando talvez já deveria estar sendo encaminhado o pagamento aos servidores do Paraná.

Da mesma forma nós queríamos aproveitar para dizer que o Regimento desta Casa não está sendo cumprido, no que diz a publicação dos Projetos com antecedência para que os Deputados possam tomar conhecimento mais detalhado dos Projetos de Lei. Hoje, por volta das 11:00 horas, toma-se conhecimento deste catatau de Projetos que entrarão na pauta, na Ordem do Dia do mesmo dia, e logo em sequência já também uma Sessão Extraordinária para que novamente no atropelo, no afogadilho se aprove, sem mesmo dar condições de aprofundamento nos Projetos para que talvez as emendas corretivas fossem apresentadas aos Projetos de Lei; mas eu me referia a atitude do Senhor Governador quando argumenta os aumentos diferenciados para equiparar e

corrigir as distorções.

O que percebemos neste Projeto de Lei é de que alguns casos aparentemente estão continuando, aumentando as diferenças, principalmente para aqueles que têm salários mais altos, como exemplo nós podemos citar aqui os aumentos da Escola da Orquestra Sinfônica, ou melhor, da Orquestra Sinfônica do Paraná, do Balê Teatro Guaíra, quando são colocadas aqui gratificações com percentuais de até 30% de diferença. Na página 22 desta nossa Ordem do Dia nós percebemos aqui, Balê Teatro Guaíra, gratificações de 10% para algumas categorias que provavelmente já têm um salário muito inferior de 35, como até 40% de gratificação para servidores que já têm, pela sua própria função, salários regularmente mais altos.

Quando se coloca, para quem ganha, num exemplo, cinco milhões de cruzeiros, quando se coloca 40% de gratificação, quer dizer que ele vai ter uma gratificação de 2 milhões e vai para sete milhões.

Quando se coloca dez por cento de gratificação para um servidor que talvez tenha seu salário de um milhão de cruzeiros, ele vai ganhar um milhão e cem, ele vai ter cem mil de gratificação, enquanto o outro terá dois milhões. Quando estamos vendo aí ainda maior o acirramento, o aprofundamento das diferenças, que o Governador tem se declarado contrário, querendo corrigir com seus projetos de lei encaminhados aqui, quando solicita que esta Casa aprove os aumentos diferenciados para corrigir as distorções salariais, as grandes diferenças salariais.

Portanto, queremos deixar registrado que há uma contradição na argumentação do Senhor Governador com a realidade que se apresenta hoje neste projeto de lei. E podemos citar que a Constituição Federal, quanto a Constituição Estadual, garantem a isonomia e exigem que corrijam as distorções e que a isonomia seja implantada. Portanto, queremos deixar registrada a nossa insatisfação pela incoerência, mas não podemos evitar que os servidores recebam seus reajustes dignos, principalmente neste dia, do Servidor Público. E que os servidores deste Estado que são os que fazem nosso Estado existir, a nossa máquina funcionar e os serviços à população serem prestados, não se pode privar de receberem este benefício, este direito mingua-do de reajuste salarial.

Queremos deixar o nosso inconformismo com a incoerência colocada aqui neste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

O SR. PAULO MAIA - Para encaminhar.

Além da alegação óbvia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que faz o Deputado Ovídio Constantino, a nossa preocupação se prende também ao Artigo 15, onde estamos apresentando uma emenda supressiva porque nós, numa outra oportunidade, já havíamos nos manifestado e esta Casa concordou, em não assinar cheque em branco ao Governo do Estado, ou a quem quer que seja, com relação à vida dos funcionários públicos.

Agora lamentavelmente este tipo de postura se dá devido a estas mensagens de afogadilho que vêm à Assembléia Legislativa.

Já registramos nosso voto de lamento junto à Comissão de Constituição e Justiça quando lá esteve o Senhor Secretário da Administração, garantindo aquela Comissão que ela apresentaria, num prazo de quinze dias no mínimo, as mensagens de reajuste dos servidores públicos.

Mais uma vez esta Casa é pega de surpresa, mais uma vez se apresentam artigos dentro de um projeto de lei que, na nossa visão, trazem prejuízos seriíssimos à vida do funcionário público.

Por isto é como bem disse o companheiro Deputado Rosinha e agora o Deputado Ovídio, quando afirmam que no Dia do Funcionalismo Público nada se tem de fato a comemorar.

Vejamos o porquê da nossa preocupação referente ao Artigo 15 do Projeto de Lei 299. O projeto de aumento de vencimento do funcionalismo público estadual contém uma proeza, só no Artigo 15 existem cinco inconstitucionalidades.

Primeiro prevê delegação de atribuições legislativas ao Governador.

Vejamos o que diz o Artigo 7º, parágrafo único da Constituição Estadual. No 2º, institui gratificações inominadas, e são valores estipulados. Isso é dar um cheque em branco ao Governo do Estado e a Bancada do PDT não concordará com isso.

Terceiro: pretende rever o valor da gratificação inexistente no direito administrativo estadual.

Quarto: dá como objetivo das gratificações a realização da isonomia, embora essa diga respeito somente a vencimentos. E o que diz o artigo 33, § 2º da Constituição Estadual. Gratificação, a nosso ver, não se refere a vencimentos. E, lamentavelmente, esta Casa, se não se posicionar contrária a este artigo, estará dando um cheque em branco, mais uma vez, prejudicando ainda mais a vida do funcionário público do Estado do Paraná.

A quinta inconstitucionalidade que nos baseamos refere-se à isonomia dos vencimentos do Poder Executivo no seu artigo 27, item 12 da Constituição Estadual. O Governador não pode reduzir nem congelar

os vencimentos eventualmente superiores do Legislativo e do Judiciário. Nós já nos manifestamos em outras oportunidades, jamais lutaremos para que não haja harmonia entre os Poderes, mas não podemos aceitar, em hipótese alguma, a interferência do Poder Executivo, como já fez com Poder Judiciário e, agora, tenta fazer sobre o Poder Legislativo.

Eu acredito que tudo isso talvez se dê pelo fato do mau assessoramento do Governo do Estado, até pela ausência do Secretário da Administração neste momento. E isto se registra, mais uma vez nós voltamos a dizer, porque registra-se dois anos do atual Governo do Paraná com as mensagens de afofado tirando dez e dando um de troco. Isso é lamentável e, mais uma vez, nós registramos a nossa posição contrária a esta postura do Governo do Estado, mas obviamente não temos como votar contra o reajuste do Funcionalismo Público, reajuste que não atende às necessidades mínimas desse Funcionalismo já sacrificado e, com certeza, se o Estado funciona, isso se deve a esses funcionários.

Muito obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Plenário ainda confia na Comissão Executiva eleita para dirigir os trabalhos desta Casa; confia porque o passado do Senhor Presidente desta Casa, que foi um passado de trabalho, que eu com ele convivi nos idos de 1958 no antigo Palácio Rio Branco onde ele já exercia, pela sua liderança natural, o cargo de 1º Secretário, sem a estrutura que hoje existe nesta Casa, onde apenas o Presidente da Assembléia Legislativa tinha direito a um gabinete, onde só o 1º Secretário da Assembléia podia dispor de um espaço de dez metros quadrados e de uma secretária, naquela ocasião, pelos seus méritos pessoais, pela sua competência e, principalmente, pela solidariedade que o Deputado Anibal Khury oferecia a todos os Senhores Deputados com assento naquela Casa.

Naquela ocasião, Senhor Presidente, me permita lembrar, a Assembléia Legislativa, sem qualquer demérito a esta Casa, era constituída por homens íntegros, competentes que representavam todas as classes sociais do Estado: eram médicos, engenheiros, advogados, trabalhadores, representantes de várias entidades que se faziam presentes no Plenário da Assembléia Legislativa.

E com essa estrutura formidável, a Assembléia sem assessoria, sem veículo, sem combustível, sem qualquer espécie de mordomia, nós cumpríamos o nosso dever com

toda responsabilidade. Levávamos para as nossas casas os projetos que nos eram distribuídos para serem relatados, e o fazíamos do próprio punho, como Vossa Excelência Senhor Presidente, é testemunha, porque pelas mãos de Vossa Excelência passavam todos os projetos.

Mais do que a Comissão de Constituição e Justiça, que tem o poder de analisar o aspecto constitucional e nem sempre lhe é permitido verificar com detalhes o aspecto dessa matéria mais do que a Comissão de Constituição e Justiça tem a Comissão Executiva, a responsabilidade de atender os princípios constitucionais para que esse plenário possa votar com responsabilidade, com seriedade e acima de tudo com extremo civismo as matérias que são postas em discussão.

Três dos artigos da mensagem governamental são estritamente inconstitucionais. O Senhor Deputado Hermas Brandão, querendo melhorar as condições do artigo 15 estabeleceu um prazo, esperando que esse prazo de 6 meses possa dar caráter de constitucionalidade a um artigo que é inconstitucional, apresentou esse projeto num artigo que foi nesta Casa totalmente rejeitado pela liderança do Senhor Deputado Erondy Silvério, presidente da C.C.J. e que na tarde de ontem, analisando esta matéria, eu levantei uma questão de ordem e Sua Excelência havia dito que revia a sua posição, em função do prazo dado pelo Senhor Deputado Hermas Brandão de 6 meses para que fosse aplicado o artigo 15 do projeto que aumenta os vencimentos dos Servidores Públicos do Estado.

Senhor Deputado Erondy Silvério, pelo respeito que devo a Vossa Excelência, pelo companheirismo que nos une há tantos anos, onde pertencemos ao mesmo partido político que deu à Nação brasileira tantos e tão importantes homens, que ofereceu à Nação brasileira, nós que fomos pertencentes ao PSD, nós que oferecemos à Nação brasileira homens da melhor estirpe, do maior civismo, da maior competência, a começar pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, eu pediria a Vossa Excelência que revisse mais uma vez a posição, na qualidade de Presidente da C.C.J., para que fosse definitivamente dado como inconstitucional o artigo 15 desta mensagem governamental.

Também o artigo 8º merece reparos pela C.C.J. e o artigo 12 não fica além.

De modo que nós estaremos apresentando em segunda discussão, emenda a esses projetos. Uma pedindo a exclusão do artigo 15 e nos demais dando nova redação aos artigos 8 e 12.

Dessa forma eu peço a compreensão melhor dos Senhores Deputados com assento nesta Casa, principalmente do Senhor Pre-

sidente da Assembléia Legislativa do Estado, que é o guardião maior da Constituição, que é o guardião maior do Regimento Interno, que é o responsável pela dignidade do Poder Legislativo e acima de tudo pela manutenção do Poder Legislativo, dentro dos critérios de independência que deve caracterizar a atuação não só do Senhor Presidente Anibal Khury, que merece a nossa solidariedade, mas também de todos os Deputados que fazem da Constituição a sua Lei Maior e a sua conduta permanente nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVERIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Eu ouvi com a máxima atenção e respeito as ponderações feitas pelo nobre Deputado Colombino Grassano.

Não querendo adentrar ao mérito das suas emendas e também dos outros artigos citados por Sua Excelência, eu quero apenas me referir ao artigo 15 e o porquê da mudança da minha posição.

Primeiro porque eu não exerço direito de voto na Comissão de Justiça e o parecer foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. O meu voto seria de "Minerva", o que não ocorreu.

Em segundo lugar, porque a emenda apresentada pelo Deputado Hermas Brandão, vem de certa forma corrigir a inconstitucionalidade do artigo, porque propicia ao Chefe do Poder Executivo a implantação da isonomia que é necessária no prazo de 180 dias. Se Sua Excelência não cumprir dentro do prazo proposto pela Emenda, é evidente que tudo volta a estaca zero e o Artigo 15 deixa de vigir e deixa de ter os seus efeitos legais sobre o Estatuto do Funcionalismo Público Civil do Estado.

Por esta razão, e tão somente em virtude desta Emenda é que votarei pela manutenção do Artigo 15 e pela Emenda do Deputado Hermas Brandão, cabendo ao Chefe do Poder Executivo, nesses 180 dias, enviar a esta Casa, Mensagens que corrijam as distorções e que afirma existir entre os três Poderes do Estado. E também eu tenho a palavra empenhada de Vossa Excelência, Senhor Presidente Anibal Khury, de qualquer modificação que seja feita pelo Poder Executivo, Vossa Excelência imediatamente, por Decreto, a fará aos integrantes do Poder Legislativo do Paraná. Vossa Excelência me assegurou isto e eu sei que Vossa Excelência é um homem que cumpre sempre com a palavra.

Por esta razão e tão somente por estas razões é que eu votarei com a Emenda Her-

mas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em processo de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o nº 299/92 conservem-se como estão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, voto contrário aos artigos 8º, 12 e 15 do projeto em questão.

O SR. PAULO MAIA - Nosso voto contrário ao artigo 15 desse projeto, pelos motivos alegados anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

O SR. DR. ROSINHA - O voto contrário do PT, até porque a mesma Emenda não corrige a inconstitucionalidade, porque limita, simplesmente, uma inconstitucionalidade por 180 dias. Quer dizer, se é inconstitucional, ela é inconstitucional enquanto não se muda a Constituição e não dentro de um período de mês, num período de tempo como coloca a emenda de 180 dias. E gostaria que a Bancada Governista dissesse por que razão que o Governo quer tanto ter nas mãos dele o poder de rei para que ele possa fazer tudo o que ele deseja e nós passando cheque em branco.

E impossível votar favoravelmente a esse artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com as restrições dos Deputados que ocuparam a tribuna, **está aprovado o Projeto.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 300/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em setembro de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de outubro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei;

II - a partir de 1º de novembro de

1992; na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado a partir de 1º de outubro de 1992, em Cr\$ 3.019,00 (três mil e dezenove cruzeiros) e a partir de 1º de novembro de 1992 em Cr\$ 3.774,00 (três mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros).

Art. 3º - O valor da pensão especial fica reajustado nos mesmos percentuais atribuídos pela presente Lei, de forma a preservar a proporção estabelecida pelo art. 260, da Lei nº 6...4/70.

Art. 4º - Os valores das gratificações de produtividade, ficam reajustados em 56,25% (cinquenta e seis vírgula vinte e cinco por cento), sendo 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de outubro de 1992, sobre os valores vigentes em setembro de 1992 e 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de novembro de 1992 sobre os valores vigentes em outubro de 1992.

Art. 5º - Os valores das gratificações de Representação de Gabinete, ficam reajustados em 62,50% (sessenta e dois vírgula cinquenta por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

- I - A partir de 1º de outubro de 1992, 30% (trinta por cento), sobre os valores vigentes em setembro de 1992;
- II - A partir de 1º de novembro de 1992, 25% (vinte e cinco por cento), sobre os valores vigentes em outubro de 1992.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### ANEXO I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de outubro de 1992.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
1	1.820.819,56
2	1.711.562,16

3	1.602.321,30
4	1.493.062,86
5	1.383.834,44
6	1.337.485,95
7	1.244.626,81
8	905.172,24
9	820.298,54
10	735.462,74
11	650.562,30
12	565.715,56

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	2.401.278,16
II	2.259.034,33
III	2.113.114,20

TABELA III  
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	1.033.488,34
2-C	954.478,15
3-C	881.085,30
4-C	813.839,29
5-C	765.008,93
6-C	719.108,39

TABELA IV  
CARGOS DE DIREÇÃO E  
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	2.380.101,74
DAS-2	2.180.263,83
DAS-3	2.009.649,36
DAS-4	1.777.620,08
DAS-5	1.601.459,22

TABELA V  
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	60.439,57
2-F	51.306,81
3-F	45.243,06
4-F	36.316,54
5-F	33.189,79

TABELA VI  
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JORNADA DE TRABALHO		
NÍVEL	30 H. SEMANAIS	40 H. SEMANAIS
01	2.697.975,00	3.597.300,00
02	2.452.522,50	3.270.029,06
03	2.229.463,13	2.972.618,44
04	2.026.718,44	2.702.292,19
05	1.842.519,36	2.456.690,63
06	1.535.501,25	2.047.334,06
07	1.279.580,63	1.706.104,69
08	1.066.350,94	1.421.803,13
09	888.654,38	1.184.869,69
10	772.627,50	1.030.170,94
11	671.883,75	895.843,13
12	584.226,56	778.966,88
13	508.030,31	677.373,75
14	423.421,88	564.561,56
15	400.497,19	533.998,13

TABELA VII  
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.  
TRIBUNAL DE ALÇADA

JORNADA DE TRABALHO		
NÍVEL	30 H. SEMANAIS	40 H. SEMANAIS
01	2.024.876,25	2.699.836,87
02	1.928.415,92	2.571.221,25
03	1.836.635,62	2.448.846,55
04	1.749.161,25	2.332.215,00
05	1.665.860,62	2.221.149,37
06	1.601.389,67	2.135.185,30
07	1.538.575,30	2.051.431,87
08	1.433.950,30	1.911.934,67
09	1.365.637,50	1.820.849,05
10	1.241.482,50	1.655.310,92
11	1.128.614,05	1.504.819,67
12	1.026.033,75	1.368.047,80
13	932.734,67	1.243.648,12
14	847.971,55	1.130.630,62
15	749.525,62	999.368,42
16	686.075,62	914.768,42

# ANEXO II

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de novembro de 1992.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
1	2.276.024,45
2	2.139.452,70
3	2.002.901,63

4	1.866.328,58
5	1.729.793,05
6	1.671.857,44
7	1.555.783,51
8	1.131.465,30
9	1.025.373,18
10	919.328,43
11	813.202,88
12	707.144,45

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	3.001.597,70
II	2.823.792,91
III	2.641.392,75

TABELA III  
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	1.291.860,42
2-C	1.193.097,69
3-C	1.101.356,63
4-C	1.017.299,11
5-C	956.261,16
6-C	898.885,49

TABELA IV  
CARGOS DE DIREÇÃO E  
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	2.975.127,17
DAS-2	2.725.329,78
DAS-3	2.512.061,70
DAS-4	2.222.025,10
DAS-5	2.001.824,02

TABELA V  
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	75.549,47
2-F	64.133,52
3-F	56.553,82
4-F	45.395,68
5-F	41.487,24

TABELA VI  
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.

Curitiba, quarta, em 28.10.82

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JORNADA DE TRABALHO

NÍVEL	30 H. SEMANAIS	40 H. SEMANAIS
01	3.372.468,75	4.496.625,00
02	3.065.653,13	4.087.536,33
03	2.786.828,91	3.715.773,05
04	2.533.398,05	3.377.865,24
05	2.303.149,26	3.070.863,29
06	1.919.376,56	2.559.167,58
07	1.599.475,79	2.132.630,86
08	1.332.938,68	1.777.253,91
09	1.110.817,98	1.481.087,11
10	965.784,38	1.287.713,68
11	839.854,69	1.119.803,91
12	730.283,50	973.708,60
13	635.037,89	846.717,19
14	529.277,35	705.701,95
15	500.621,49	667.497,66

TABELA VII  
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.  
TRIBUNAL DE ALÇADA

JORNADA DE TRABALHO

NÍVEL	30 H. SEMANAIS	40 H. SEMANAIS
01	2.531.095,31	3.374.796,08
02	2.410.519,90	3.214.026,56
03	2.295.794,52	3.061.058,18
04	2.186.451,56	2.915.268,75
05	2.082.325,77	2.776.436,71
06	2.001.737,08	2.668.981,62
07	1.923.219,12	2.564.289,83
08	1.792.437,87	2.389.918,33
09	1.707.046,87	2.276.061,31
10	1.551.853,12	2.069.138,65
11	1.410.767,56	1.881.024,58
12	1.282.542,18	1.710.059,75
13	1.165.918,33	1.554.560,15
14	1.059.964,43	1.413.288,27
15	936.907,02	1.249.210,52
16	857.594,52	1.143.460,52

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 300/92

PARECER:

O presente Plano de Lei, encaminhado a esta Casa, através do Ofício nº 108/92, do Tribunal de Justiça do Estado, objetiva fixar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em setembro de 1992, na forma que especifica.

Analisada a constitucionalidade da presente matéria, entendemos não haver óbices à sua tramitação, razão pela qual somos de parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92.  
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
HERMAS BRANDAO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 300/92

PARECER:

De autoria do Tribunal de Justiça do Estado, o presente projeto de lei tem por objetivo fixar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário.

A Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar quanto ao aspecto legal e constitucional deu o seu parecer favorável.

Assim sendo, no que cabe a esta Comissão de Finanças se manifestar, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável, opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.  
(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/92, de autoria do Tribunal de Contas, que reajusta nos meses de outubro e novembro de 1992 os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas a vigorar a partir de 01 de outubro de 1992, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. EMENDA da C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 301/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, pertencente ao Grupo Ocupacional II, e dos cargos efetivos correspondentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V e o Subgrupo Ocupacional, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustados conforme disposto abaixo:

- I - a partir de 01 de outubro de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo I desta Lei;
- II - a partir de 01 de novembro de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo II desta Lei.

Art. 2º - As tabelas de vencimentos dos cargos em comissão e das funções



gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustadas na forma abaixo:

I - a partir de 01 de outubro de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo I desta Lei;

II - a partir de 01 de novembro de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo II desta Lei.

Art. 3º - O valor do Salário Família fica reajustado para Cr\$ 3.019,00 (três mil e dezenove cruzeiros), a partir de 01 de outubro de 1992 e Cr\$ 3.774,00 (três mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros), a partir de 01 de novembro de 1992.

Art. 4º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados em 62,50% (sessenta e dois vírgula cinquenta por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 1º de outubro de 1992, em 30% (trinta por cento) sobre os valores vigentes em setembro de 1992; e

II - a partir de 1º de novembro de 1992, 25% (vinte e cinco por cento) sobre

os valores vigentes em outubro de 1992.

Art. 5º - Fica fixado o valor único da Gratificação de Produtividade em Cr\$ 94.055,00 (noventa e quatro mil e cinquenta e cinco cruzeiros) a partir de 01 de outubro de 1992 e, em Cr\$ 117.569,00 (cento e dezessete mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros) a partir de 01 de novembro de 1992.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 7º - Fica o Tribunal de Contas autorizado a instituir e rever qualificações de atividade aos seus servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no artigo 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.92

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

OUTUBRO/92

**TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"**

SÍMBOLO	DAS-1	.....	2.380.101,74
"	DAS-2	.....	2.180.263,83
"	DAS-3	.....	2.009.649,36
"	DAS-4	.....	1.777.620,08
"	DAS-5	.....	1.601.459,22

**TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"**

SÍMBOLO	1-C	.....	1.033.488,34
"	2-C	.....	954.478,15
"	3-C	.....	881.085,30

A N E X O I

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01 de outubro de 1.992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

OUTUBRO/1992

N I V E L	R E F E R Ê N C I A S			
	I	II	III	IV
1	2.921.315,00	2.951.432,00	2.981.548,00	3.011.665,00
2	2.113.221,00	2.135.007,00	2.156.793,00	2.178.579,00
3	2.026.078,00	2.047.864,00	2.069.650,00	2.091.436,00
4	1.938.935,00	1.960.721,00	1.982.507,00	2.004.292,00
5	1.851.792,00	1.873.578,00	1.895.364,00	1.917.149,00
6	1.764.649,00	1.786.435,00	1.808.220,00	1.830.006,00
7	1.677.506,00	1.699.291,00	1.721.077,00	1.742.863,00
8	1.590.362,00	1.612.148,00	1.633.934,00	1.655.720,00
9	1.503.219,00	1.525.005,00	1.546.791,00	1.568.577,00
10	1.416.076,00	1.437.862,00	1.459.648,00	1.481.434,00
11	1.328.933,00	1.350.719,00	1.372.505,00	1.394.290,00

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	1-F	60.439,57
"	2-F	51.306,81
"	3-F	45.243,06
"	4-F	36.316,54
"	5-F	33.189,79
"	6-F	27.093,03
"	7-F	21.037,53

A N E X O    I I

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01 de novembro de 1.992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOSTABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1 .....	2.975.127,17
" DAS-2 .....	2.725.329,78
" DAS-3 .....	2.512.061,70
" DAS-4 .....	2.222.025,10
" DAS-5 .....	2.001.824,02

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C .....	1.291.860,42
" 2-C .....	1.193.097,69
" 3-C .....	1.101.356,63

NOVEMBRO/1992

N I V E L	R E F E R Ê N C I A S			
	I	II	III	IV
1	3.651.645,00	3.689.290,00	3.726.936,00	3.764.582,00
2	2.641.527,00	2.668.759,00	2.695.992,00	2.723.224,00
3	2.532.598,00	2.559.831,00	2.587.063,00	2.614.295,00
4	2.423.669,00	2.450.902,00	2.478.134,00	2.505.366,00
5	2.314.740,00	2.341.973,00	2.369.205,00	2.396.437,00
6	2.205.811,00	2.233.044,00	2.260.276,00	2.287.508,00
7	2.096.882,00	2.124.115,00	2.151.347,00	2.178.579,00
8	1.987.953,00	2.015.186,00	2.042.418,00	2.069.650,00
9	1.879.025,00	1.906.257,00	1.933.489,00	1.960.721,00
10	1.770.096,00	1.797.328,00	1.824.560,00	1.851.792,00
11	1.661.167,00	1.688.399,00	1.715.631,00	1.742.863,00

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F .....	75.549,47
" 2-F .....	64.133,52
" 3-F .....	56.553,82
" 4-F .....	45.395,68
" 5-F .....	41.487,24
" 6-F .....	33.866,29
" 7-F .....	26.296,91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 301/92

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Ofício nº 1.634/92, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por finalidade reajustar nos meses de "outubro e novembro" de 1992 os níveis de vencimento dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Paraná, a vigorar a partir de 01 de outubro de 1992, conforme especifica.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontra nada que possa impedir a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer, com a Emenda Modificativa Corretiva em anexo.

É o parecer, com a Emenda Modificativa Corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 301/92

Súmula: Altera o artigo 7º do Projeto de Lei nº 301/92, conforme especifica.

O artigo 7º do Projeto de Lei nº 301/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - Fica o Tribunal de Contas autorizado a instituir e rever gratificações de atividades aos seus servidores, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), para o fim específico de assegurar o previsto no artigo 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná".

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

Apoiamento: Plauto Miró Guimarães, Ovídio Constantino, Nilton Barbosa, Colombino Grassano, Arlindo Troian, Toti Colaço.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI Nº 301/92

## P A R E C E R:

Oriundo do Tribunal de Contas, o presente Plano de Lei visa reajustar nos meses de Outubro e Novembro do corrente ano os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal daquele Tribunal a vigorar a partir de 01 de outubro de 1992, conforme especifica.

Analisada a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, entendeu a mesma apresentar Emenda Modificativa ao Projeto em questão, dando parecer favorável ao mesmo juntamente com a Emenda supracitada.

Assim sendo, no que compete a essa Comissão se manifestar no que lhe compete em conformidade com o Regimento Interno desta Casa, opina pela aprovação do projeto de lei em tela juntamente com Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa o vencimento básico do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 302/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, vigente em setembro de 1992, fica fixado conforme o disposto abaixo:

I - A partir de outubro de 1992, em Cr\$ 9.675.000,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros).

II - A partir de novembro de 1992, em Cr\$ 12.093.750,00 (doze milhões, noventa e três mil, setecentos e cinquenta cru-

zeiros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto nos incisos I e II do art. 1º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.090, de 05 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 22.10.92

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 302/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Ofício nº 108/92, do egrégio Tribunal de Justiça, tem por finalidade fixar o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 302/92

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Justiça, o presente Plano de Lei visa fixar o vencimento básico de cargo de Desembargador daquele Tribunal.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao seu aspecto legal e constitucional, recebendo desta, parecer favorável.

Assim sendo, no que cabe a essa Comissão se manifestar, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente Plano de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF.

PROJETO DE LEI Nº 303/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de

Curitiba, quarta, em 28.10.82

Contas, vigente em setembro de 1992, fica fixado conforme o disposto abaixo:

I - A partir de outubro de 1992, em Cr\$ 9.675.000,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros);

II - A partir de novembro de 1992, em Cr\$ 12.093.750,00 (doze milhões, noventa e três mil, setecentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto nos incisos I e II do Art. 1º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.091, de 05 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 21.10.92

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 303/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei tem por finalidade fixar o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação do plano de lei nesta Casa.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se favorável a aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 303/92

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado, o presente projeto de lei visa fixar o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Analisada a matéria no seu aspecto legal e constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Assim sendo, no que cabe a essa Comissão se manifestar, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável, opinando-se por sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Também a mesma restrição com referência a 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 303/92, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anotado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, assim como dos Auditores e Procuradores do mesmo Tribunal conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 304/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico mensal do Procurador Geral do Tribunal de Contas, vigente em setembro de 1992, fica fixado conforme o disposto abaixo:

I - A partir de outubro de 1992, em Cr\$ 9.675.000,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros);

II - A partir de novembro de 1992, em Cr\$ 12.093.750,00 (doze milhões, noventa e três mil, setecentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 2º - O vencimento básico mensal dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, vigente em setembro de 1992, fica fixado conforme o disposto abaixo:

I - A partir de outubro de 1992, em Cr\$ 8.087.500,00 (oito milhões e oitenta e sete mil e quinhentos cruzeiros);

II - A partir de novembro de 1992, em Cr\$ 10.109.375,00 (dez milhões, cento e nove mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto nos incisos I e II dos Arts. 1º e 2º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 21.10.92  
(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 304/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei tem por finalidade fixar o vencimento básico do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, assim como dos Auditores e Procuradores do mesmo Tribunal.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional esta Comissão nada encontra que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 304/92

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Contas, o presente Plano de Lei visa fixar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto aquele Tribunal, assim como, dos Auditores e Procuradores do mesmo, conforme específica.

Analisada a matéria no seu aspecto legal e constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Assim sendo, no que cabe a essa Comissão se manifestar, posiciona-se, igualmente pelo parecer favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, Reestruturação do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 305/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão da Administração Superior do Ministério Público, composto de cargos ocupados por servidores efetivos e por servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, fica alterado na forma dos Anexos I e II que integram esta lei, passando a substituir os previstos na Lei nº 9.216, de 26 de março de 1990.

Parágrafo Único - As denominações, números, níveis e referências dos cargos de provimento efetivo e dos cargos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho passam a ser os constantes dos precitados anexos, ficando distribuídos de conformidade com as Tabelas de Vencimentos, integrantes dos Anexos III e IV, que compõem esta lei, vigentes, respectivamente, a partir de 1º de outubro de 1992 e a partir de 1º de novembro de 1992.

Art. 2º - O Quadro de Pessoal a que se refere o art. 1º, de acordo com a habilitação profissional e a complexidade das tarefas é dividido em 04 (quatro) grupos

**ocupacionais:**

I - GRUPO OCUPACIONAL TECNICO SUPERIOR - funções exigidoras de conhecimentos teóricos e práticos de curso de nível superior para desenvolver atividades de assessoramento e outras correlatas;

II - GRUPO OCUPACIONAL AUXILIAR TECNICO - funções que requerem conhecimentos de 2º grau e cujas tarefas se caracterizam por certa complexidade e pouco esforço físico;

III - GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO - funções que requerem conhecimentos de 1º grau, ligados à preparação, transferência, sistematização e preservação de documentos e outras atividades relacionadas ao âmbito administrativo;

IV - GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL - funções que requerem conhecimentos de 1º grau, cujas tarefas exigem noções práticas do trabalho, limitadas a uma rotina e predominantemente de esforço físico.

Art. 3º - O enquadramento dos servidores ativos integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça far-se-á na referência cujo valor seja igual ou imediatamente superior ao valor anteriormente percebido, observado o disposto no parágrafo único do artigo 1º e a correspondência do cargo ou emprego público com o respectivo Grupo Ocupacional.

Art. 4º - Ficam criados na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, 01 (um) cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo DAS-3, 02 (dois) cargos em comissão de Assessor, símbolo DAS-5, 02 (dois) cargos em comissão de Supervisor, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 3-C. (Anexo V).

Art. 5º - Ficam mantidos na estrutura da Procuradoria Geral de Justiça, 01 (um) cargo em comissão de Diretor-Secretário da Procuradoria Geral de Justiça, símbolo DAS-1, 01 (um) cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Procurador Geral de Justiça, símbolo DAS-5, 05 (cinco) cargos em comissão de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3, 01 (um) cargo em comissão de Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, símbolo DAS-5, 01 (um) cargo em Comissão de Assessor de Imprensa, símbolo DAS-5, 05 (cinco) cargos em comissão de Assistente Técnico de Departamento, símbolo 1-C, 08 (oito) cargos em comissão de Assistente, símbolo 3-C, e 01 (um) cargo em comissão de Assistente, símbolo 9-C, na forma do Anexo V.

Art. 6º - Ficam criadas na estrutura organizacional do Ministério Público, 20 (vinte) Gratificações de Função, sendo 06 (seis) gratificações correspondentes ao

símbolo GF-3, 07 (sete) correspondentes ao símbolo GF-2 e 07 (sete) correspondentes ao símbolo GF-1, a serem atribuídas aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, nos termos do Regulamento a ser expedido em 30 (trinta) dias, pelo Procurador Geral de Justiça.

Parágrafo Único - Os valores correspondentes às gratificações a que se refere o "caput" do artigo, não incorporáveis para efeitos de adicional por tempo de serviço, aposentadoria e disponibilidade, vigentes, respectivamente, a partir de 1º de outubro de 1992, e a partir de 1º de novembro de 1992, na forma dos Anexos VI e VII, serão calculados observadas as seguintes proporções:

I - ao símbolo GF-3, 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da Gratificação de Representação do cargo comissionado de Assistente de Departamento - símbolo 1-C;

II - ao símbolo GF-2, 40% (quarenta por cento) sobre o valor da Gratificação de Representação do cargo comissionado de Assistente de Departamento - símbolo 1-C;

III - ao símbolo GF-1, 30% (trinta por cento) sobre o valor da Gratificação de Representação do cargo comissionado de Assistente de Departamento - símbolo 1-C.

Art. 7º - Os níveis de vencimentos dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas vigentes em setembro de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de outubro de 1992, na forma da Tabela que constitui o Anexo VIII, desta Lei;

II - a partir de 1º de novembro de 1992, na forma da Tabela que constitui o Anexo IX, desta Lei.

Art. 8º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustadas no índice percentual de 62,50% (sessenta e dois vírgula cinquenta por cento), assim distribuídos:

I - a partir de 1º de outubro de 1992, em 30% (trinta por cento) sobre os valores vigentes em setembro de 1992, e

II - a partir de 1º de novembro de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre valores vigentes em outubro de 1992.

Art. 9º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 3.019,00 (três mil e dezenove cruzeiros), a partir de 1º de outubro de 1992, e em Cr\$ 3.774,00 (três mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros) a partir de 1º



de novembro de 1992 e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros), a partir de 1º de outubro de 1992 e em Cr\$ 281.250,00 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), a partir de 1º de novembro de 1992.

Art. 10 - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 94.055,00 (noventa e quatro mil e cinquenta e cinco cruzeiros), a partir de 1º de outubro de 1992, e em Cr\$ 117.569,00 (cento e dezessete mil quinhentos e sessenta e nove cruzeiros) a partir de 1º de novembro de 1992.

Art. 11 - Os benefícios desta Lei, são extensivos, no que couber, aos servidores inativos e/ou em disponibilidade pertencentes ao Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Parágrafo Único - O enquadramento dos servidores inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça far-se-á na mesma referência em que se deu a aposentadoria, observada a correspondência do

cargo com o respectivo Grupo Ocupacional.

Art. 12 - O limite máximo a ser pago, a qualquer título aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, seguirá o disposto no inciso XI do art. 27 da Constituição Estadual.

Art. 13 - A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 14 - O Procurador Geral de Justiça fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no Parágrafo Único do Artigo 1º, no Parágrafo Único do art. 6º e nos incisos I e II do art. 7º, ficando revogada a Lei nº 9.216, de 26 de março de 1990, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.92. (a)  
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

# QUADRO DE PESSOAL - PROVIMENTO EFETIVO

## ANEXO I

SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA				
GRUPO OCUPACIONAL	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA	Nº DE CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA	Nº DE CARGOS
	ASSISTENTE JURÍDICO	01/04	A / L	05					
TÉCNICO SUPERIOR	BIBLIOTECÁRIO	01/04	A / L	04	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO SUPERIOR	01/04	A / L	15
	TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO	01/04	A / L	04					
APOIO ADMINISTRATIVO	OFICIAL JUDICIÁRIO	05/08	A / L	33	AUXILIAR TÉCNICO	AUXILIAR TÉCNICO	05/08	A / L	33
APOIO ADMINISTRATIVO	AUXILIAR JUDICIÁRIO	05/08	A / L	42	ADMINISTRATIVO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	09/12	A / L	44
APOIO ADMINISTRATIVO	NOTURISTA	09/12	A / L	01	OPERACIONAL	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	13/16	A / L	05
TOTAL				89	TOTAL				97

## QUADRO DE PESSOAL - CLT

## ANEXO II

SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA				
GRUPO OCUPACIONAL	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA	Nº DE CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA	Nº DE CARGOS
TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO SUPERIOR	01/04	A / L	25	TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO SUPERIOR	01/04	M/L	25
APOIO ADMINISTRATIVO	ASSISTENTE TÉCNICO	05/08	A / L	11	AUXILIAR TÉCNICO	AUXILIAR	05/08	A / L	42
	AGENTE ADMINISTRATIVO	05/08	A / L	30					
	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	05/08	A / L	01					
APOIO ADMINISTRATIVO	DATILÓGRAFO	09/12	A / L	26	ADMINISTRATIVO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	09/12	A / L	26
SERVIÇOS GERAIS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	09/12	A / L	14	OPERACIONAL	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	13/16	A / L	21
	MOTORISTA	09/12	A / L	06					
	VIGIA	09/12	A / L	01					
TOTAL				114	TOTAL				114

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992

INIVREF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	AI	AJ	AK	AL	AM	AN	AO	AP	AQ	AR	AS	AT	AU	AV	AW	AX	AY	AZ	BA	BB	BC	BD	BE	BF	BG	BH	BI	BJ	BK	BL	BM	BN	BO	BP	BQ	BR	BS	BT	BU	BV	BW	BX	BY	BZ	CA	CB	CC	CD	CE	CF	CG	CH	CI	CJ	CK	CL	CM	CN	CO	CP	CQ	CR	CS	CT	CU	CV	CW	CX	CY	CZ	DA	DB	DC	DD	DE	DF	DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	DO	DP	DQ	DR	DS	DT	DU	DV	DW	DX	DY	DZ	EA	EB	EC	ED	EE	EF	EG	EH	EI	EJ	EK	EL	EM	EN	EO	EP	EQ	ER	ES	ET	EU	EV	EW	EX	EY	EZ	FA	FB	FC	FD	FE	FF	FG	FH	FI	FJ	FK	FL	FM	FN	FO	FP	FQ	FR	FS	FT	FU	FV	FW	FX	FY	FZ	GA	GB	GC	GD	GE	GF	GG	GH	GI	GJ	GK	GL	GM	GN	GO	GP	GQ	GR	GS	GT	GU	GV	GW	GX	GY	GZ	HA	HB	HC	HD	HE	HF	HG	HH	HI	HJ	HK	HL	HM	HN	HO	HP	HQ	HR	HS	HT	HU	HV	HW	HX	HY	HZ	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM	IN	IO	IP	IQ	IR	IS	IT	IU	IV	IW	IX	IY	IZ	JA	JB	JC	JD	JE	JF	JG	JH	JI	IJ	JK	KL	JM	JN	JO	JP	JQ	JR	JS	JT	JU	JV	JW	JX	JY	JZ	KA	KB	KC	KD	KE	KF	KG	KH	KI	KJ	KK	KL	KM	KN	KO	KP	KQ	KR	KS	KT	KU	KV	KW	KX	KY	KZ	LA	LB	LC	LD	LE	LF	LG	LH	LI	LJ	LK	LL	LM	LN	LO	LP	LQ	LR	LS	LT	LU	LV	LW	LX	LY	LZ	MA	MB	MC	MD	ME	MF	MG	MH	MI	MJ	MK	ML	MM	MN	MO	MP	MQ	MR	MS	MT	MU	MV	MW	MX	MY	MZ	NA	NB	NC	ND	NE	NF	NG	NH	NI	NJ	NK	NL	NM	NN	NO	NP	NQ	NR	NS	NT	NU	NV	NW	NX	NY	NZ	OA	OB	OC	OD	OE	OF	OG	OH	OI	OJ	OK	OL	OM	ON	OO	OP	OQ	OR	OS	OT	OU	OV	OW	OX	OY	OZ	PA	PB	PC	PD	PE	PF	PG	PH	PI	PJ	PK	PL	PM	PN	PO	PP	PQ	PR	PS	PT	PU	PV	PW	PX	PY	PZ	QA	QB	QC	QD	QE	QF	QG	QH	QI	QJ	QK	QL	QM	QN	QO	QP	QQ	QR	QS	QT	QU	QV	QW	QX	QY	QZ	RA	RB	RC	RD	RE	RF	RG	RH	RI	RJ	RK	RL	RM	RN	RO	RP	RQ	RR	RS	RT	RU	RV	RW	RX	RY	RZ	SA	SB	SC	SD	SE	SF	SG	SH	SI	SJ	SK	SL	SM	SN	SO	SP	SQ	SR	SS	ST	SU	SV	SW	SX	SY	SZ	TA	TB	TC	TD	TE	TF	TG	TH	TI	TJ	TK	TL	TM	TN	TO	TP	TQ	TR	TS	TT	TU	TV	TW	TX	TY	TZ	UA	UB	UC	UD	UE	UF	UG	UH	UI	UJ	UK	UL	UM	UN	UO	UP	UQ	UR	US	UT	UU	UV	UW	UX	UY	UZ	VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM	VN	VO	VP	VQ	VR	VS	VT	VU	VV	VW	VX	VY	VZ	WA	WB	WC	WD	WE	WF	WG	WH	WI	WJ	WK	WL	WM	WN	WO	WP	WQ	WR	WS	WT	WU	WV	WW	WX	WY	WZ	XA	XB	XC	XD	XE	XF	XG	XH	XI	XJ	XK	XL	XM	XN	XO	XP	XQ	XR	XS	XT	XU	XV	XW	XX	XY	XZ	YA	YB	YC	YD	YE	YF	YG	YH	YI	YJ	YK	YL	YM	YN	YO	YP	YQ	YR	YS	YT	YU	YV	YW	YX	YY	YZ	ZA	ZB	ZC	ZD	ZE	ZF	ZG	ZH	ZI	ZJ	ZK	ZL	ZM	ZN	ZO	ZP	ZQ	ZR	ZS	ZT	ZU	ZV	ZW	ZX	ZY	ZZ
----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA  
ANEXO IV  
TABELA DE VENCIMENTOS

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

ATIV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	AI	AJ	AK	AL	AM	AN	AO	AP	AQ	AR	AS	AT	AU	AV	AW	AX	AY	AZ	BA	BB	BC	BD	BE	BF	BG	BH	BI	BJ	BK	BL	BM	BN	BO	BP	BQ	BR	BS	BT	BU	BV	BW	BX	BY	BZ	CA	CB	CC	CD	CE	CF	CG	CH	CI	CJ	CK	CL	CM	CN	CO	CP	CQ	CR	CS	CT	CU	CV	CW	CX	CY	CZ	DA	DB	DC	DD	DE	DF	DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	DO	DP	DQ	DR	DS	DT	DU	DV	DW	DX	DY	DZ	EA	EB	EC	ED	EE	EF	EG	EH	EI	EJ	EK	EL	EM	EN	EO	EP	EQ	ER	ES	ET	EU	EV	EW	EX	EY	EZ	FA	FB	FC	FD	FE	FF	FG	FH	FI	FJ	FK	FL	FM	FN	FO	FP	FQ	FR	FS	FT	FU	FV	FW	FX	FY	FZ	GA	GB	GC	GD	GE	GF	GG	GH	GI	GJ	GK	GL	GM	GN	GO	GP	GQ	GR	GS	GT	GU	GV	GW	GX	GY	GZ	HA	HB	HC	HD	HE	HF	HG	HH	HI	HJ	HK	HL	HM	HN	HO	HP	HQ	HR	HS	HT	HU	HV	HW	HX	HY	HZ	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM	IN	IO	IP	IQ	IR	IS	IT	IU	IV	IW	IX	IY	IZ	JA	JB	JC	JD	JE	JF	JG	JH	JI	IJ	JK	KL	JM	JN	JO	JP	JQ	JR	JS	JT	JU	JV	JW	JX	JY	JZ	KA	KB	KC	KD	KE	KF	KG	KH	KI	KJ	KK	KL	KM	KN	KO	KP	KQ	KR	KS	KT	KU	KV	KW	KX	KY	KZ	LA	LB	LC	LD	LE	LF	LG	LH	LI	LJ	LK	LL	LM	LN	LO	LP	LQ	LR	LS	LT	LU	LV	LW	LX	LY	LZ	MA	MB	MC	MD	ME	MF	MG	MH	MI	MJ	MK	ML	MM	MN	MO	MP	MQ	MR	MS	MT	MU	MV	MW	MX	MY	MZ	NA	NB	NC	ND	NE	NF	NG	NH	NI	NJ	NK	NL	NM	NN	NO	NP	NQ	NR	NS	NT	NU	NV	NW	NX	NY	NZ	OA	OB	OC	OD	OE	OF	OG	OH	OI	OJ	OK	OL	OM	ON	OO	OP	OQ	OR	OS	OT	OU	OV	OW	OX	OY	OZ	PA	PB	PC	PD	PE	PF	PG	PH	PI	PJ	PK	PL	PM	PN	PO	PP	PQ	PR	PS	PT	PU	PV	PW	PX	PY	PZ	QA	QB	QC	QD	QE	QF	QG	QH	QI	QJ	QK	QL	QM	QN	QO	QP	QQ	QR	QS	QT	QU	QV	QW	QX	QY	QZ	RA	RB	RC	RD	RE	RF	RG	RH	RI	RJ	RK	RL	RM	RN	RO	RP	RQ	RR	RS	RT	RU	RV	RW	RX	RY	RZ	SA	SB	SC	SD	SE	SF	SG	SH	SI	SJ	SK	SL	SM	SN	SO	SP	SQ	SR	SS	ST	SU	SV	SW	SX	SY	SZ	TA	TB	TC	TD	TE	TF	TG	TH	TI	TJ	TK	TL	TM	TN	TO	TP	TQ	TR	TS	TT	TU	TV	TW	TX	TY	TZ	UA	UB	UC	UD	UE	UF	UG	UH	UI	UJ	UK	UL	UM	UN	UO	UP	UQ	UR	US	UT	UU	UV	UW	UX	UY	UZ	VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM	VN	VO	VP	VQ	VR	VS	VT	VU	VV	VW	VX	VY	VZ	WA	WB	WC	WD	WE	WF	WG	WH	WI	WJ	WK	WL	WM	WN	WO	WP	WQ	WR	WS	WT	WU	WV	WW	WX	WY	WZ	XA	XB	XC	XD	XE	XF	XG	XH	XI	XJ	XK	XL	XM	XN	XO	XP	XQ	XR	XS	XT	XU	XV	XW	XX	XY	XZ	YA	YB	YC	YD	YE	YF	YG	YH	YI	YJ	YK	YL	YM	YN	YO	YP	YQ	YR	YS	YT	YU	YV	YW	YX	YY	YZ	ZA	ZB	ZC	ZD	ZE	ZF	ZG	ZH	ZI	ZJ	ZK	ZL	ZM	ZN	ZO	ZP	ZQ	ZR	ZS	ZT	ZU	ZV	ZW	ZX	ZY	ZZ
1	8.075.102,94	8.398.107,06	8.734.031,34	9.063.392,59	9.446.728,29	9.824.597,43	10.217.581,32	10.626.284,58	11.051.335,96	11.493.389,40	11.953.124,97																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			

## CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

## ANEXO V

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	Nº DE CARGOS
Procurador Geral de Justiça	...	01	Procurador Geral de Justiça	..	01
Diretor Secret. da P.G.U	DAS-1	01	Diretor Secret. da P.G.U.	DAS-1	01
Diretor de Departamento	DAS-3	04	Diretor de Departamento	DAS-3	04
Diretor do Dep.Judiciário	DAS-3	01	Diretor do Dep. Judiciário	DAS-3	01
			Assessor Jurídico	DAS-3	01
Chefe de Gab. do Proc. Geral	DAS-5	01	Chefe de Gab. do Proc.Geral	DAS-5	01
Secretário do Conselho Superior do M.P.	DAS-5	01	Secretário do Conselho Superior do M.P.	DAS-5	01
Assessor de Imprensa	DAS-5	01	Assessor de Imprensa	DAS-5	01
			Assessor *	DAS-5	02
Assistente Téc. de Depart.	1- C	05	Assistente Téc. de Depart.	1 -C	05
			Supervisor *	1 -C	02
Assistente	3 - C	08	Assistente *	3 -C	09
Assistente	9- C	01	Assistente	9 -C	01
TOTAL		24	TOTAL		30

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

## ANEXO VI

VIGÊNCIA: OUTUBRO/92

SÍMBOLO	No.	VALOR
GF-3	06	797.283,12
GF-2	07	637.826,50
GF-1	07	478.369,87

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

## ANEXO VII

VIGÊNCIA: NOVEMBRO/92

SÍMBOLO	No.	VALOR
GF-3	06	996.803,90
GF-2	07	797.283,12
GF-1	07	597.982,34

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## ANEXO VIII

VIG.10/92

## CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO DAS-1.....	2.380.101,74
SÍMBOLO DAS-3.....	2.009.649,36
SÍMBOLO DAS-5.....	1.801.459,21

## B - CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO 1-C.....	1.033.488,33
SÍMBOLO 3-C.....	881.085,30
SÍMBOLO 9-C.....	597.279,93

## FUNÇÃO GRATIFICADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÍMBOLO 1-F.....	80.439,57
SÍMBOLO 2-F.....	51.306,80
SÍMBOLO 4-F.....	36.316,54

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## ANEXO IX

VIG.11/92

## CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO DAS-1.....	2.975.127,18
SÍMBOLO DAS-3.....	2.512.081,70
SÍMBOLO DAS-5.....	2.001.824,01

## B - CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO 1-C.....	1.291.860,41
SÍMBOLO 3-C.....	1.101.358,63
SÍMBOLO 9-C.....	746.599,91

## FUNÇÃO GRATIFICADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÍMBOLO 1-F.....	75.549,46
SÍMBOLO 2-F.....	64.133,50
SÍMBOLO 4-F.....	45.395,88

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 305/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça e visa a reestruturação do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Chamada esta Comissão a se manifestar, quanto a constitucionalidade e legalidade do referido Projeto de Lei, nos manifestamos pela normal tramitação.

Sendo assim, somos de Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 305/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, visa reestruturar o Quadro de Pessoal daquele órgão.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta Parecer FAVORÁVEL.

Assim sendo, a que cabe a essa Comissão se manifestar, posiciona-se igualmente, pelo Parecer FAVORÁVEL à Aprovação do Projeto de Lei em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 084/92, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, no valor de Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 149 de 26.10.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 306/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, visa aprovar crédito suplementar ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, no valor de Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros).

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça a normal tramitação do projeto de lei.

Somos portanto, de parecer FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 306/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 84/92, que visa aprovar a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Procedida a análise da matéria, o presente projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 306/92.

**Rejeitado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - De quem é o Requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Da Bancada do PT.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão.

**Rejeitado.**

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, esse Projeto, o de nº 306/92, faz também uma abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Chefia do Poder Executivo no valor de cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

Nós queremos que, da mesma forma, aquela transferência de recursos anterior - para localizar os Senhores Deputados, na página 119 da Ordem do Dia, nós temos aí as transferências citadas. O projeto retira recursos do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba e suplementa o apoio a ações de natureza social e cultural: cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

Nós entendíamos e por isso apresentamos o requerimento de que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia por cinco sessões, para também solicitar informações do Poder Executivo a respeito da referida transferência, porque quando se coloca a retirada de recursos de programas como Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, se descobre uma área bastante deficitária de programas de sanea-



mento no Paraná, que já é do conhecimento de nós todos e da sociedade e se passa um recurso para ações de natureza social e cultural.

Na especificidade, essa transferência diz que transfere para repasse a entidades filantrópicas, mas não especifica que entidades e de que forma será utilizado esse recurso e não é qualquer cem milhões de cruzeiros. São cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

Nós gostaríamos que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia, porque gostaríamos de solicitar essas informações ao Senhor Líder do Governo e ao próprio Poder Executivo, sobre quais seriam as entidades, quais são os critérios, os limites de recursos para as entidades e de que forma serão aplicados esses cinco bilhões de cruzeiros nas ações de natureza social e cultural.

Fica novamente, a exemplo do projeto anterior, um cheque em branco, nas mãos do Sr. Governador, de cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, quando não especifica em nenhum momento, em nenhum local, em nenhum artigo nos projetos, quais as especificações, as entidades, formas e critérios para relocar ou transferir esses recursos aplicados.

Por isso nós entendemos que deveria ser retirado, para que pudéssemos encaminhar o pedido de informações. Dessa forma, nós registramos o voto contrário e encaminhamos contrariamente à aprovação desse projeto, porque deveríamos entender e saber das intenções do Senhor Governador, do Poder Executivo e de que forma vai aplicar esses recursos que transfere de um programa importantíssimo, sério, deficiente e necessário no nosso Estado, para um programa que também entendemos poderá não ser de menor importância, mas que deveremos saber de que forma e critérios, para quais entidades filantrópicas serão utilizados esse recursos.

Por isso, nós registramos o voto contrário e encaminhamos aos Senhores Deputados, o voto contrário ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - **Aprovado**, com a declaração de voto contrário da Bancada do PT e do PDT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça, vigentes em 1º de setembro de 1992. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 307/92  
A Assembléia Legislativa do

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral de Justiça, vigente em setembro de 1992, fica fixado conforme o disposto abaixo:

I - A partir de outubro de 1992, em Cr\$ 9.675.000,00 (nove milhões, seis centos e setenta e cinco mil cruzeiros).

II - A partir de novembro de 1992, em Cr\$ 12.093.750,00 (doze milhões e noventa e três mil, setecentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto nos incisos I e II do art. 1º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 23.10.92.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 307/92

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Procuradoria Geral do Estado, fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça, vigentes em 1º de setembro de 1992.

Esta Comissão é chamada a opinar, quanto à constitucionalidade e legalidade do referido projeto.

Nada encontramos que obste a normal tramitação do mesmo, portanto somos pela aprovação.

Parecer FAVORAVEL.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 307/92

PARECER:

De autoria da Procuradoria Geral da Justiça, o presente plano de lei visa fixar os vencimentos básicos do cargo de Procurador Geral de Justiça, vigente em setembro de 1992.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta Parecer FAVORAVEL.

Assim sendo, esta Comissão se posiciona, igualmente, pelo Parecer FAVORAVEL.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 125/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera a redação da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 125/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - As unidades de conservação ambiental a que alude o artigo 1º, são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, hortos florestais, áreas de reservas indígenas, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada".

Art. 2º - Inclui-se no artigo 5º, da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Os municípios que forem beneficiados por esta Lei Complementar por abrigarem áreas de reservas indígenas, repassarão, integralmente, o "quantum" correspondente, à Associação Comunitária ou Conselho Indígena, legalmente constituídos, que representem a reserva. Esta instituição procederá a utilização dos recursos de acordo com prévio plano anual de aplicação, com posterior prestação de contas, nos prazos e na forma da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Emilia Belinati, Doutor Rosinha, Rafael Greca de Macedo, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse, Paulo Maia e Algaci Túlio.

## JUSTIFICATIVA:

A questão indígena é responsabilidade de toda a sociedade brasileira, conforme a Lei nº 6.001, de 19.12.73, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, atribuindo à União, Estados e Municípios, assim como a todos os segmentos da sociedade, a proteção das comunidades indígenas e a preservação de seus direitos.

A sociedade indígena é a mais antiga em nossa Nação, pois desde que aqui aportaram os portugueses, já encontraram essa comunidade formada, com idiomas, tradições, crenças e sistemas de governo próprios, forjados ao longo de milênios.

Entretanto, a expansão colonialista foi tomando conta de todo o País, colocando os índios em áreas onde não foram criados, deixando-os em situação de extrema

miserabilidade, sem atendimento de suas necessidades, principalmente as básicas, como educação e saúde.

O Estado do Paraná abriga atualmente 16 reservas reconhecidas que embora sejam de propriedade da União, são os municípios que as abrigam, os responsáveis pela sua precária manutenção.

Assim, o que se pretende, é deixar claro no texto da Lei Complementar nº 59/91, a extensão de seus benefícios aos municípios que abrigam áreas de reservas indígenas, embora esteja implícito quando se refere a áreas de relevante interesse de leis ou decretos federais.

Outrossim, o acréscimo do parágrafo único ao artigo 5º da referida Lei, estabelece que aqueles municípios que abrigam áreas indígenas, que forem contemplados com parte do ICMS estadual por esse motivo, repassem integralmente esses recursos à reserva, mediante prévio plano de aplicação anual e posterior prestação de contas na forma da lei.

Esta é a forma de se garantir que os recursos sejam realmente aplicados com a comunidade indígena, melhorando assim, suas condições de vida, como saúde e educação, entre tantas outras necessidades daquele povo.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 125/92

## P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri, o Projeto de Lei nº 125/92, ora em análise, tem por objetivo alterar o Artigo 2º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, com a seguinte redação:

"Art. 2º - As unidades de conservação ambiental a que alude o artigo 1º, são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, hortos florestais, áreas de reservas indígenas, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada".

Pretende ainda o nobre Deputado, modificar o Artigo 5º da antedita Lei Complementar, com a inclusão da seguinte redação:

"Parágrafo Único - Os municípios que forem beneficiados por esta Lei Complementar por abrigarem áreas de reservas indígenas, repassarão, integralmente, o "quantum" correspondente, à Associação Comunitária ou Conselho Indígena, legalmente constituídos, que representem a reserva. Esta instituição procederá a utilização dos recursos de acordo com prévio plano anual de aplicação, com posterior prestação de contas, nos prazos e na forma da lei".

Após avaliarmos os aspectos constitucionais, legais e regimentais, verificamos que o presente plano de Lei Complementar não encontra obstáculos, quanto ao trâmite normal nesta conceituada Comissão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(a) ERONDY SILVERIO - Presidente

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 125/92.

**Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 125/92.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Com a possibilidade de apresentar Emendas em segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O regime de apresentação de Emendas prevalece.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1639, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1642, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1637 e 1638, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1640, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1644, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1636, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1646 e 1645, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, antes de V.Exa. dar por encerrada a Sessão Ordinária de hoje, gostaríamos de mais uma vez comunicar aos Srs. Deputados - já que o fizemos através da Assessoria do Bloco Parlamentar Agropecuário - que no dia de amanhã, o Plenário desta Casa será palco da realização de uma Mesa Redonda.

Este evento será desenvolvido por uma

promoção conjunta entre o Bloco Parlamentar Agropecuário, a Comissão de Agricultura e a Federação Paranaense das Associações e Criadores.

A reunião será das 10 às 13 horas e estaremos debatendo sobre a nova proposta de lei da Previdência Social e suas implicações e reflexos no setor agropecuário.

E, do conhecimento dos Srs. Deputados que tramita no Congresso Nacional um projeto de lei da Previdência Social, onde se divisa a perspectiva de que esta lei possa vir de encontro aos anseios dos nossos produtores agropecuaristas, trazendo-lhes, quem sabe, novas preocupações e dificuldades, e por que não dizer, aumento dos constantes prejuízos.

Enfim, é uma série de implicações, algumas delas evidentemente favoráveis aos produtores, mas outras que têm causado preocupações.

E, neste sentido, a Federação Paranaense das Associações e Criadores - a FEPAC -, pediu-nos para que, juntos, em uma Mesa Redonda, avaliássemos os projetos que tramitam no Congresso Nacional para que pudéssemos tirar conclusões do Estado do Paraná.

Já enviamos convocação aos Srs. Deputados. E o fazemos novamente aqui no Plenário para que amanhã, possamos nos reunir no Plenário, para debater esse assunto que é de interesse do setor produtivo do Estado do Paraná.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaríamos que voltasse a ser cumprido o Art. 94, § 1º, do Regimento Interno, que coloca a divulgação na Ordem do Dia da Pauta das Sessões. Já há vários meses que a Mesa não vem publicando a Pauta com três dias de antecedência antes de entrar na Ordem do Dia.

Gostaríamos que fosse retomado, para que não fôssemos pegos de surpresa com projetos que não saberíamos que estariam na Ordem do Dia, e de repente eles entram. Então, publicar na Ordem do Dia a Pauta, conforme manda o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que V.Exa. nunca será pego de surpresa. Mas, em todo o caso, vai determinar à nossa assessoria que quando for o caso, seja publicada a Pauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129, 175, 223, 252, 268, 271 e 279/92. Levanta-se a sessão.

## Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL SUPRAPARTIDARIA SOBRE  
O TRABALHO ESCRAVO NAS FAZENDAS DO PARANÁ

## TERMO DE ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, às 17:00 horas, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças Partidárias para comporem a Comissão Especial Suprapartidária para averiguação de casos de denúncias de trabalho escravo em fazendas deste Estado, como o caso denunciado e comprovado "in loco" na Fazenda Gralha Azul, Município de Laranjeiras do Sul e outros, presidida pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino. Estando presentes o Sr. Deputado Mário Bezerra, Drs. Marco A. Bassan e Divonzir J. Borges e Srs. Darci Frigo e Antonio José Luis Cardoso (escrivão de polícia). Constatou-se a falta dos Srs. Deputados Paulo Maia, Elio Rusch e Toti Colaço. O Sr. Deputado abriu a reunião, pedindo à Secretária que lêsse a Ata da reunião passada, sendo esta lida e aprovada. Em seguida, o Sr. Presidente informou aos presentes, que até aquele momento a emissora de rádio, a qual, os Deputados Membros desta Comissão tinham visitado, não havia colocado no ar a entrevista dada por eles àquela rádio. O Sr. Darci Frigo usando da palavra informou da invasão a Fazenda Estrela, ocorrida naqueles dias e que da área de 440 alqueires da citada fazenda, 300 alqueires foram invadidos. O Sr. Presidente reiterou a necessidade urgente de se descobrir a localização exata donde se encontra o Sr. Benhur Gonçalves da Costa e comunicou ser de igual necessidade a devida averiguação de possível situação análoga à Fazenda Gralha Azul na Fazenda Slavieiro e a de propriedade do Sr. Mansir Alves, sendo então decidido que esta Comissão através dos Drs. Divonzir J. Borges e Marco A. Bassan encaminharia ofício ao juiz competente de Laranjeiras do Sul para o deferimento do pedido de busca nas respectivas fazendas. O Sr. Deputado Mário Bezerra comunicou a Presidência a sugestão do Sr. Deputado Elio Rusch da Comissão ir a Laranjeiras do Sul para ouvir os fazendeiros da região. A sugestão foi acatada e o Sr. Presidente decidiu marcar em data futura a citada viagem. Outrossim, o Sr. Presidente pediu a secretária que se fizesse ofício ao Procurador Regional da Justiça do trabalho da 9ª Região, Dr. Gliceu L. Bassatti, comunicando da instalação desta Comissão e da viagem feita a Laranjeiras do Sul, que concluiu entre outros, do grande benefício que será àquela comunidade a instalação da criada Junta de Conciliação e Julgamento,

solicitando a este a devida agilização para que tal aconteça. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar e produzir seus efeitos legais, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais presentes e por mim Idília Débora Gineste, Secretária desta Comissão.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

Presidente

Idília Débora Gineste

Secretária

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
COMISSÃO ESPECIAL SUPRAPARTIDARIA SOBRE O  
TRABALHO ESCRAVO NAS FAZENDAS DO PARANÁ

Aos dezoito dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, às 17:00 horas, na Sala de Reunião das Comissões, reuniram-se os membros titulares indicados pelas lideranças Partidárias para comporem a Comissão Especial Suprapartidária para averiguação de casos de denúncias de trabalho escravo em fazendas deste Estado como o caso denunciado e comprovado "in loco" na Fazenda Gralha Azul, Município de Laranjeiras do Sul e outros, presidida pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino. Estando presentes os Srs. Deputados Paulo Maia, Toti Colaço, Drs. Antonio Marco Bassan e Divonzir José Borges e o Sr. Antonio José Luis Cardoso. Constatou-se a falta dos Srs. Deputados Elio Rusch e Mário Bezerra. O Sr. Presidente abriu a reunião, solicitando a secretária que lêsse a Ata da Reunião passada, sendo essa lida e aprovada. Em seguida, deu seguimento a pauta da reunião, passando a secretária as respostas enviadas ao Ofício nº 07/92 das Delegacias de Capanema, Pérola do Oeste, Lupinópolis, Maringá, Mariópolis, Umuarama, Rebouças, Catanduvas, todas informando não terem conhecimento até a presente data de qualquer caso de denúncia de trabalho escravo ou de situação análoga a essa em suas respectivas regiões, e mais a resposta ao ofício remetido ao ITCF, onde este informa que contactados todos os seus escritórios regionais constatou-se indícios de trabalho escravo em empresas fabricantes de palmito sediadas no litoral. A pedido do Sr. Presidente, o Dr. Bassan comprometeu-se a remeter oficialmente a essa Comissão comunicado sobre a diligência feita em Laranjeiras do Sul pela Delegacia do Município na busca do Sr. Benhur Gonçalves da Costa, que continua desaparecido, levando a mesma a resultado negativo. O Dr. Divonzir Borges comunicou aos presentes que o deferimento do pedido de busca as Fazendas Slavieiro e de Mansir Alves pelo juiz de Laranjeiras do Sul e que em batida policial feita na região pela Polí-

cia Militar "a priori" nada encontrou de irregular nas fazendas da região, embora a mesma visasse outros fins que não especificamente denúncia de trabalho escravo. Assim sendo, o Sr. Presidente em decisão conjunta com os demais presentes confirmou a vontade dessa Comissão em retornar a Laranjeiras do Sul com o fim de ouvir fazendeiros da região enquanto os Drs. Bassan e Divonzir Borges em mesma data cumprirão o mandado de busca. Ficou marcado para depois das eleições tal medida a fim de se evitar qualquer ligação eleitoral e partidária desta com aquela, o que seria prejudicial aos caminhos imparciais que norteiam essa Comissão. Em decisão unânime, também ficou acertado a suspensão dos trabalhos desta Comissão até o término das eleições devido aos compromissos eleitorais de seus membros que truncariam os normais trabalhos da mesma, ficando estabelecido o retorno da tomada de seus trabalhos logo após o resultado das eleições. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar e produzir seus efeitos legais, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos demais presentes e por mim Idília Dêbora Gineste, Secretária desta Comissão.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO - Presidente

Idília Dêbora Gineste - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro, de hum mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Sr. Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 131/92, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer CONTRARIO-REJEITADO. 02) Projeto de Lei nº 223/92, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia. Relator Deputado Heinz Georg. Parecer FAVORAVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI  
Presidente

Sandro Alberto Figueiredo  
Secretário